

Vozes da legalidade: política e imaginário na era do rádio

Voices of legality: politics and imaginary in the radio era

DANIEL ARRUDA CORONEL

Doutor em Economia Aplicada pela Universidade Federal de Viçosa UFV. Professor Adjunto do Mestrado em Administração da Universidade Federal de Santa Maria UFSM/RS/BR. <daniel.coronel@ufv.br>



MACHADO, Juremir da Silva.

Vozes da legalidade: política e imaginário na era do rádio.

Porto Alegre: Sulina, 2011.

Vozes da Legalidade é o último livro do professor, escritor e pesquisador da Pontifícia Universidade Católica (PUCRS) Juremir Machado da Silva. Nesse livro, o autor resgata com acuidade aspectos históricos e importantes da Campanha da Legalidade, o qual foi um dos maiores movimentos cívicos do país e que aglutinou boa parte da população gaúcha em defesa de um ideal comum, ou seja, o respeito à ordem e à legalidade em defesa da posse do vice-presidente João Goulart.

O livro *Vozes da Legalidade* é constituído de vinte e três capítulos, sendo que o cenário norteador da obra é o dia 25 de agosto, quando

o Congresso Nacional é surpreendido com a renúncia do presidente Quadros, ato do qual até hoje não se sabe ao certo os reais motivos, embora já seja quase consensual, na historiografia brasileira, que Jânio pretendia dar um golpe de estado, ou seja, ele tinha a percepção de que o Congresso não aceitaria dar posse a Goulart, rotulado como comunista por vários setores conservadores, e, neste contexto, Jânio voltaria com amplos poderes.

Contudo, o Congresso aceitou a renúncia de Jânio Quadros, e os ministros militares já começaram a organizar e tramar para que a Constituição não fosse cumprida e Goulart não tomasse posse. Não obstante a isso, os ministros militares jamais imaginavam que o Rio Grande do Sul (RS), mais uma vez, seria protagonista da história do Brasil em defesa da ordem, da democracia e da legalidade.

No dia 25 de agosto de 1961, na solenidade em comemoração ao Dia do Soldado, o General José Machado Lopes, comandante do III Exército, o maior contingente militar do país, e o Governador do RS, Leonel Brizola, recebem quase que simultaneamente a notícia da renúncia do presidente Jânio Quadros.

Com a renúncia do presidente e como o vice estava em viagem oficial à China, é empossado como presidente interino da República o deputado Ranieri Mazzilli. Neste contexto, os três ministros militares, a saber, Odílio Denys, Ministro da Guerra, Sílvio Heck, Ministro da Marinha e Gabriel Grün Moss, Ministro da Aeronáutica, sob a liderança do primeiro e com o apoio explícito do Governador do Estado da Guanabara Carlos Lacerda e da UDN, começam a orquestrar um golpe, sem medir as consequências, com o objetivo de proibir a posse de Goulart.

Na tarde do dia 25 de agosto de 1961, o Marechal Henrique Batista Duffles Teixeira Lott, um ícone das forças armadas e exemplo de nacionalista, divulga um manifesto em defesa da legalidade e da posse de Goulart. Por esse manifesto, Lott acabou sendo preso. Percebendo que o clima e a situação política estavam ficando cada vez mais delicados,

o Governador Brizola tenta o apoio do General Machado Lopes, o qual primeiramente afirma que, como um soldado, sua tendência era ficar ao lado do Exército. Brizola procura o comandante do IV Exército, General Artur da Costa e Silva, com o objetivo de ter seu apoio em defesa da ordem e da legalidade, e a conversa terminou com uma troca de palavras e uma inimizade que se perpetuou para sempre.

Com poucas alternativas e com reduzido apoio militar, Brizola consegue motivar a população e a Brigada gaúcha em defesa da ordem e da legalidade. Neste sentido, distribuiu armas à população, organizou e motivou a Brigada. Além disso, Brizola requisitou a Rádio Guaíba, visto que todas as rádios que defendiam a legalidade e a ordem estavam ficando fora do ar.

Brizola utilizou com maestria o poder do rádio com o objetivo de conclamar a população em defesa da ordem e da legalidade, sendo que as pessoas se alistavam voluntariamente nas mais variadas funções, e o Palácio Piratini foi se transformando em um bastião da ordem e dos melhores valores democráticos.

Por mais que o governador do Estado agisse como um grande estadista, tivesse o apoio da população e da Brigada Militar, isso ainda era insuficiente para não tombar frente a um conflito armado como se anunciava, contudo a situação melhorou significativamente quando, no dia 28 de agosto, o General Machado Lopes disse que não recebia mais ordens do Ministro da Guerra e que ia ficar em defesa da ordem, da democracia e da legalidade. Além disso, Brizola consegue o apoio do Governador do Estado de Goiás, Mauro Borges, que vai liderar a defesa da ordem em seu estado. Somam-se a isso várias estações de rádio que foram se juntado à rádio Guaíba, requisitada por Brizola, formando, assim, a Rede da Legalidade.

Percebendo que a situação estava ficando um pouco melhor para os defensores da legalidade, os ministros militares mandaram que jatos da base aérea de Canoas bombardeassem o Piratini, contudo sargentos e soldados impediram

que os jatos voassem e cometessem tal chacina contra o Governador do Estado, eleito democraticamente, e centenas de milhares de homens e mulheres que estavam em frente ao Palácio Piratini, lutando pelo respeito à Constituição brasileira.

Com o passar dos dias, os ministros militares e os setores contrários à posse de Goulart foram percebendo o enfraquecimento das teses golpistas, contudo propuseram uma emenda constitucional adotando o parlamentarismo como sistema político do país, sendo que o mineiro Tancredo Neves foi o primeiro ministro do novo governo. Goulart acabou aceitando tomar posse com os poderes diminuídos, contrariando as orientações políticas de Brizola, o qual argumentava que, como naquele momento boa parte da população defendia a ordem e a legalidade, o presidente não deveria se sujeitar a tais medidas, mas, sim, tomar posse com amplos poderes para fazer as reformas de que o país precisava. Goulart recupera os poderes políticos em 1963, mas é derrubado por um golpe militar em abril de 1964, que instaura uma ditadura cujo final deu-se em 1985.

O grande diferencial do livro de Juremir em relação a outros que abordaram a temática da Campanha da Legalidade, tais como Scliar¹ (1977), Markun e Hamilton² (2001) e Kuhn³ (2004), é que o autor não se limita apenas a uma análise histórica, mas, sim, discute vários aspectos até então desconhecidos do grande público tais como a percepção e as estratégias de ação de várias pessoas envolvidas com a campanha da legalidade, as quais, embora não fossem protagonistas do movimento, deram sua importante contribuição em defesa da ordem e da democracia.

Enfim, o livro de Juremir deve ser saudado pela academia por dois motivos: primeiro, porque é mais uma contribuição deste eminente pesquisador para análise e compreensão de importante movimento da história do país; segundo, porque o autor coloca em prática algo que sempre defendeu e que, lamentavelmente,

muitas vezes, acabou pagando um preço alto por isso, ou seja, que os intelectuais jamais devem ficar em silêncio em questões econômicas, políticas e culturais da sociedade. ●

REFERÊNCIAS

KUHN, Dione. *Brizola da legalidade ao exílio*. Porto Alegre: RBS Publicações, 2004.

MACHADO, Juremir da Silva. *Vozes da Legalidade: política e imaginário na era do rádio*. Porto Alegre: Sulina, 2011

MARKUN, Paulo; HAMILTON, Duda. *1961: que as armas não falem*. 2. ed. São Paulo: Editora Senac, 2001.

SCLIAR, Moacyr. *Mês de cães danados: uma aventura nos tempos de Brizola*. Porto Alegre: L&PM, 1977.

NOTAS

¹ SCLIAR, Moacyr. *Mês de cães danados: uma aventura nos tempos de Brizola*. Porto Alegre: L&PM, 1977.

² MARKUN, Paulo; HAMILTON, Duda. *1961: que as armas não falem*. 2. ed. São Paulo: Editora Senac, 2001.

³ KUHN, Dione. *Brizola: da legalidade ao exílio*. Porto Alegre: RBS Publicações, 2004.